

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: O DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E SEUS REFLEXOS NO DIREITO À PRIVACIDADE NO MUNDO TECNOLÓGICO

Daiany Martins Visocki¹

Thomires Elizabeth Pauliv Badaró de Lima²

Dirceu Pertuzatti³

INTRODUÇÃO

A humanidade vive atualmente uma verdadeira revolução tecnológica!

Com o fácil acesso à informação e a velocidade com que ela chega para as pessoas é possível ter o mundo na palma das mãos por meio de um clique, quase que instantaneamente.

Porém, juntamente com essa facilidade, também vieram alguns problemas jamais vistos anteriormente na história, como a privacidade violada e o vazamento de dados pessoais, colocando em conflito princípios constitucionais.

De um lado está o direito à liberdade de informação e imprensa, e do outro o direito à intimidade, à vida privada, à honra e a imagem, ambos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Diante desse contexto a pesquisa tem como objetivo geral analisar os reflexos do direito à privacidade diante da proteção de dados como direito fundamental no mundo tecnológico, buscando compreender em que medida a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pode proteger este direito.

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Opet - UNIOPET. Possui graduação em Educação Física pela Faculdade Dom Bosco - Campus Mercês (2011). E-mail: dayvisocki@gmail.com.

² Doutoranda pelo Programa de Direito Empresarial e Cidadania. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Especialista em Educação a Distância pelo Centro Universitário UniOpet. Graduada em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro. Advogada e Professora Universitária. E-mail: thomiresbadaro@gmail.com.

³ Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (2005). Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1992). Especialista em Direito do Trabalho (Escola de Advocacia do Paraná - 1996). Especialista em Direito Empresarial (PUC/PR - 1999). Escola de Magistratura do Paraná - (2008). Advogado. Professor Universitário. Em fevereiro de 2021 assumiu a Coordenação do Curso de Direito da UniOpet. E-mail: dirceupertuzatti@opet.com.br.

O presente trabalho visa apresentar essa problemática que se enfrenta na LGPD diante do fácil acesso dos dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público e privado, que fazem este processamento.

Para procurar cumprir tal meta e responder a problemática foram definidos como objetivos específicos: diferenciar o direito à privacidade do direito à intimidade como fundamento da dignidade da pessoa humana; pesquisar o que são dados pessoais e dados sensíveis na LGPD; correlacionar o direito à privacidade com a LGPD no mundo tecnológico diante da proteção de dados como direito fundamental.

O método escolhido para desenvolver esta pesquisa será o exploratório bibliográfico, por meio da pesquisa em livros, artigos, legislação, revistas, entre outros, utilizando ainda o método dedutivo, indo do aspecto geral para o particular.

Para tanto no decorrer da pesquisa será abordado o fundamento da dignidade humana e o direito fundamental à proteção de dados, apontando o respaldo legal e sua relevância social. No segundo item procurar-se-á trazer o estudo do direito à privacidade comparado com o direito à intimidade, apontando suas principais características e diferenças. E por fim no terceiro item, se irá adentrar na temática da Lei Geral de Proteção de Dados, procurando explanar sobre a questão conceitual dos dados pessoais e dados sensíveis, juntamente com os pontos centrais desta lei sobre a temática acima proposta.

1. DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O NOVO DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO DOS DADOS DIGITAIS

Um dos fundamentos mais importantes do Direito é o princípio da dignidade da pessoa humana. Ele tem valor supremo no ordenamento jurídico e é essencial para a proteção dos direitos humanos, pois reconhece a singularidade e o valor de cada ser humano, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra característica.

Sobre este princípio, o jurista Thadeu Weber, explica que:

A condição de ser pessoa impõe tratamento e proteção rigorosamente iguais para todos. A realização da liberdade como autodeterminação parte dessa condição de igualdade. Ter direito ao respeito à dignidade significa ter o direito de ser respeitado como pessoa enquanto pessoas ou pelo fato de ser homem. (WEBER, 2015, p.930)

O reconhecimento constitucional de tal princípio leva à investigação do conceito de pessoa, sendo um sujeito de direito e que tem direito da personalidade.

Para o autor José Alfredo de Oliveira Baracho: “a pessoa é um Prius para o direito, isto é, uma categoria ontológica e moral, não meramente histórica ou jurídica.” O autor complementa que “pessoa é todo indivíduo humano, homem ou mulher, por sua própria natureza e dignidade, à qual o direito se limita a reconhecer esta condição” (BARACHO, 2006, p.106).

Dentro desse conceito merece destaque o que o autor Ingo Sarlet ressalta sobre a qualidade de cada ser humano merecedor de respeito e consideração descrevendo como sendo:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2002, p.62)

Seguindo no mesmo sentido, o autor ainda aponta que o Direito exerce papel fundamental diante da proteção e promoção da dignidade da pessoa humana, além disso, cria formas com o objetivo de coibir eventuais violações. Vale ressaltar que a dignidade não existe apenas onde é reconhecida, tendo em vista que é um dado prévio. Como trata-se da expressão da própria condição humana, a dignidade pode e deve ser reconhecida e promovida, mas, não pode ser criada ou concedida (SARLET, 2002).

Pelegriani traz a ideia de que o princípio da dignidade da pessoa humana é o principal princípio no rol dos Direitos e garantias fundamentais, por se tratar de um fundamento basal do Estado Democrático de Direito e cumular com todos os demais princípios. Ele funciona então como um verdadeiro valor e não somente como princípio interpretativo de todo sistema jurídico positivo. Ela ainda complementa que este princípio firma a base antropológica da democracia (PELEGRINI, 2004).

José Afonso da Silva aponta um conceito de dignidade da pessoa humana com o objetivo de entender o significado além da sua conceituação jurídica, pois a dignidade é uma condição inerente ao ser humano, atributo que o caracteriza como tal, onde a essa dignidade não é uma criação constitucional, pois ela é um conceito *a priori*, ou seja, um dado que já existia anteriormente a experiência especulativa, como a própria pessoa humana (SILVA, 2002).

Moraes afirma que este princípio fundamental tem por finalidade básica: “[...] o respeito à dignidade (do ser humano), por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas e desenvolvimento da personalidade humana” (MORAES, 2000, p.39).

Contribuindo com essa afirmação Thomizawa traz a ideia de que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana:

[...] protege várias dimensões da realidade humana, seja material ou espiritual, abrangendo as exigências básicas do ser humano no sentido de que ao homem concreto sejam oferecidos os recursos de que dispõe a sociedade para a manutenção de uma existência digna e as condições para o desenvolvimento de suas potencialidades entre tais dimensões devem ser protegida a existência humana da integridade física, da identidade pessoal da honra, da intimidade, da saúde, da habitação. (THOMIZAWA, 2008, p.44)

Assim há várias dimensões para uma pessoa humana ser considerada em sua dignidade, desde a sua integridade física a sua integridade moral, como a honra, a privacidade, a intimidade, dentre outros valores e princípios constitucionais inerente a sua existência e a proteção dos seus dados pessoais.

O Estado só poderá agir considerando a pessoa e sua dignidade, desta forma concentra e unifica todos os demais direitos e garantias que constam no texto constitucional, já que não é possível se falar em liberdade, igualdade, ou qualquer outra garantia, sem atingir diretamente, a dignidade da pessoa humana (PELEGRINI, 2004).

É possível compreender que esses valores, em especial a liberdade e a igualdade, se confirmam no Estado Democrático de Direito, de forma com que ambos (liberdade e igualdade) devam andar de mãos dadas na sociedade, com o que Laura Mendes citando Gomes Canotilho fundamenta que: “a dignidade da pessoa humana deve ser vista, em primeira linha, como fundamento de um direito geral de liberdade e de um direito geral de igualdade, concretizados através de múltiplos direitos especiais de igual liberdade” (MENDES, 2008, p.42).

A Emenda Constitucional 115 de 2022 trouxe importantes alterações à Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988), especialmente no que diz respeito à proteção de dados pessoais e à privacidade dos cidadãos.

A Emenda incluiu o direito à proteção de dados pessoais no rol dos direitos e garantias fundamentais, consolidando a importância da privacidade e da intimidade na sociedade atual. Diante deste fato, o artigo 5º da Constituição Federal passa a conter o inciso LXXIX, onde

prevê que: "é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais" (BRASIL, 1988).

Corroborando no mesmo sentido o artigo 21 da CRFB/1988 que é dever da União: XXVI - organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

É igualmente encontrado respaldo dos dados pessoais na legislação infraconstitucional, como no Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Defesa do Consumidor e em especial na Lei Geral de Proteção de Dados.

O Direito Civil se mostra importante diante desse princípio, pois apresenta uma base concreta, por meio de uma atuação protetiva. Especificando a caracterização da pessoa e da consideração de suas qualidades que se dará verdadeira (no sentido de justa e equitativa) tutela da pessoa em suas relações privadas. Difere do conceito de indivíduo, igual ao outro em todos os seus aspectos e, também, deve ser tratado de maneira igualitária, permitindo ao ordenamento que o conceito de pessoa, por meio de normatização ou de trabalho hermenêutico desempenhado pela doutrina e magistratura, possibilitando que se estabeleçam tratamentos desiguais de acordo com a qualidade que cada pessoa desempenha em uma relação privada (MULHOLLAND, 2009).

No Novo Código de Processo Civil Brasileiro se encontra previsão para a proteção da imagem e da vida privada nos seguintes termos:

Art 20: Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais

Art 21: A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma. (BRASIL, 2015)

E a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) traz no artigo 43, uma série de direitos e garantias para o consumidor em relação às suas informações pessoais presentes em "bancos de dados e cadastros", são eles:

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos. § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele. § 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas. § 4º Os bancos de dados e

cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público. § 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores. § 6º Todas as informações de que trata o caput deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor. (BRASIL, 1990)

Diante da proteção de dados pessoais, as garantias e os princípios relacionados à privacidade são vistos de um ponto de vista mais amplo, de forma que outros interesses devam ser considerados, abrangendo outras formas de controle, que são possíveis com a manipulação de dados pessoais. Completando ainda a análise do problema, tais interesses devem ser considerados pelo operador do direito pelo que representam, e não somente pelo que é visível, neste caso a violação da privacidade (DONEDA, 2011).

A proteção da privacidade tem extrema importância dentro do direito digital. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, torna-se cada vez mais importante garantir que as pessoas tenham controle sobre as informações que foram compartilhadas, e que seus dados sejam tratados de forma correta e segura.

Traçado a base da dignidade da pessoa e do direito fundamental da proteção de dados pessoais, passe-se na sequência a apresentar as diferenças entre privacidade e intimidade, e suas principais características, adentrando na sua necessária proteção junto a Lei Geral de Proteção de Dados.

2. DO DIREITO À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE DOS DADOS DIGITAIS

A proteção de dados é um direito fundamental, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. Isso significa que a privacidade e a intimidade são valores que devem ser protegidos pelo Estado e que a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) é uma forma de garantir que isso ocorra.

Devido ao rápido avanço da tecnologia no mundo, a LGPD surge com o intuito de proteger direitos fundamentais, tais como: privacidade, intimidade, honra, direito de imagem e dignidade da pessoa humana, sendo que esses direitos têm urgência para que sejam protegidos (BELTRAMINI *et al*, 2022).

O direito à intimidade e a privacidade, tiveram sua origem em um passado recente, sendo primeiramente atribuído ao Cristianismo, este assentou as bases dos conceitos de

liberdade e dignidade humanas. Com o passar dos séculos, foram surgindo outros aspectos da liberdade (CARVALHO, 1994).

O direito à intimidade e o direito à privacidade são conceitos relacionados, mas distintos, dentro do campo dos direitos individuais, com base na doutrina abaixo colacionada.

Para Vianna a intimidade diz respeito à esfera secreta da vida do indivíduo, onde apenas este, tem o poder legal de evitar os demais (VIANNA, 2004, p.104).

Diante da noção de intimidade, o autor Mori afirma que ela varia de cultura para cultura, sendo diferente em cada época e em diferentes lugares. Está constantemente mudando no tempo e no espaço. Dessa forma, diversificam-se as concepções sobre a definição do direito à intimidade, variando também o seu âmbito de análise. Porém independente do conceito, é inquestionável que a demanda por um direito à intimidade é universal (MORI, 2001).

A autora Mônica Castro vem a distinguir o direito à intimidade e privacidade da seguinte forma: “o direito à intimidade diferencia-se do direito à privacidade, não somente por possuir menor denotação conceitual, mas também por suas características que lhe são próprias. Sua função é garantir a proteção da essência do ser do indivíduo” (CASTRO, 2002, p.46).

Para Vidal Serrano a intimidade seria um núcleo restrito da vida privada, ou seja, uma privacidade qualificada, pois se preserva a vida individual de intromissões da própria vida privada, reconhecendo que não só o poder público ou a sociedade podem interferir na vida individual, mas a própria família, muitas vezes, pode violar um espaço que o titular deseja manter em segredo, mesmo com as pessoas do seu círculo mais próximo, que fazem parte da sua vida cotidiana (SERRANO, 1997).

Nesse sentido, pode-se dizer que a vida privada é o gênero, e a intimidade a espécie, ou seja, na vida privada se concentram os valores, e na intimidade se concentram os segredos.

Seguindo no mesmo sentido Fregadolli aponta que não existe posição unânime entre os autores em relação à diferença entre intimidade e privacidade, afirmando que: para alguns autores, a vida privada trata do gênero que inclui como núcleo central a intimidade; ela é parte mais reservada da vida privada. Para outros, que seguem uma outra corrente, minoritária, a vida privada é uma das faces que entregam o conceito de intimidade para fins jurídicos. A intimidade seria a categoria, e a vida privada a parte mais restrita desta categoria (FREGADOLLI, 1998)

Tércio Sampaio Ferraz Jr. adota a doutrina em que aponta a intimidade como o âmbito exclusivo que alguém reserva para si, deixando de lado a repercussão social, nem ao alcance

de sua vida privada, que, por mais isolada que seja, exige uma convivência entre outras pessoas, como por exemplo a família, o trabalho, e o lazer em comum. (FERRAZ, 1993, p. 125)

Celso Bastos entende que o direito à privacidade é: a faculdade que tem cada indivíduo de impedir a intromissão de estranhos em sua vida privada e familiar, assim como de impedir-lhes o acesso a informações sobre a privacidade de cada um, e impedir que sejam divulgadas informações sobre esta área da manifestação existencial do ser humano (BASTOS, 1989, p. 127).

Grinover define o direito à intimidade como “a esfera de que o indivíduo necessita vitalmente para poder livre e harmoniosamente desenvolver sua personalidade, ao abrigo de interferências arbitrárias” (GRINOVER, 1982, p. 105).

Em respaldo a esta citação José Afonso da Silva aponta que “o segredo da vida privada é condição de expansão da personalidade” (SILVA, 2002).

Observa-se que os autores Grinover e Silva adentram na questão dos direitos da personalidade na respectiva definição e contextualização acerca do direito à privacidade e intimidade, razão pela qual nesse momento vem a descrever nos parágrafos que seguem tal temática.

Sobre os direitos da personalidade o autor Tomizawa aponta que estão ligados ao desenvolvimento da pessoa humana e a preservação de sua dignidade, elencando alguns exemplos o direito à intimidade e à privacidade, no seguinte recorte:

Os direitos da personalidade estão ligados ao desenvolvimento da pessoa humana, representando uma garantia para a preservação de sua dignidade. São considerados direitos da personalidade: o direito à vida e a integridade física, o direito sobre as partes destacáveis do corpo e sobre o cadáver, o direito à liberdade, o direito à honra, à intimidade e à privacidade, à inviolabilidade do domicílio, o direito a identidade pessoal e ao nome, o direito à imagem e o direito autoral, enfim, tudo o que constitui um território que não é dado ao público conhecer sem autorização do titular. (TOMIZAWA, 2008, p. 47)

Complementando essa ideia Costa Jr afirma que a principal característica dos direitos da personalidade é que eles são essenciais, inatos, específicos para cada pessoa, onde estas, nascem providas desse bem, podendo tirar a publicidade para se recolher no seu espaço reservado (COSTA JR, 1995).

Existem duas características de extrema importância nos direitos da personalidade. Para Luís Roberto Barroso a primeira delas é que determinados direitos que constam nos textos constitucionais são oponíveis a toda a coletividade, inclusive ao Estado. A segunda é

que, por mais que exista a violação desses direitos, nem sempre ocorrerá prejuízo de caráter patrimonial ou econômico, tal como o direito de resposta (BARROSO, 2004).

Dentro desse contexto e do direito de resposta a CRFB/1988, mais precisamente no artigo 5º, inciso X, traz mais uma garantia acerca desta temática: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação.”

O direito à intimidade é um direito fundamental que protege a esfera privada das pessoas, garantindo o controle sobre suas informações pessoais e o direito de manter segredos e privacidade nos mais variados assuntos pertinentes a cada um.

Ele se relaciona diretamente à dignidade da pessoa humana, conforme mencionado no primeiro item do presente trabalho, sendo reconhecido e protegido em diversas legislações e instrumentos internacionais de direitos humanos.

O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização Nações Unidas), traz a seguinte descrição sobre o direito à vida privada: “Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência nem a ataques à sua honra e a sua reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques” (ONU, 1948).

Também previram a proteção da vida privada em aspectos semelhantes a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais; o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; Convenção Americana sobre Direitos Humanos; o Pacto de São José da Costa Rica.

Nesse sentido e sob a ótica de que no direito toda distinção conceitual deve se traduzir em uma distinção funcional, entende-se ser mais adequado utilizar-se a expressão “privacidade”, pois esta traduz a existência de um único direito para abranger todos os casos que se trata da proteção do indivíduo em sua esfera privada. Este posicionamento pode ser reforçado considerando também o exagero de subjetividade da distinção entre “vida privada” e “intimidade”, onde tal qual poderia prejudicar a adequada análise jurídica desse direito, inclusive de suas funções e de sua extensão no ordenamento jurídico brasileiro (MENDES, 2008, p. 20).

Pode-se dizer, que o direito à intimidade se refere à esfera pessoal e protegida de cada indivíduo. De forma que englobe aspectos da vida privada: a família, o domicílio, as comunicações pessoais, a honra e a imagem.

Esse direito é uma garantia para que as pessoas tenham um espaço próprio e resguardado, no qual possam desenvolver sua personalidade, realizar atividades sem

interferências indesejadas e preservar informações que não desejam compartilhar com outras pessoas, seja no aspecto da vida real, seja na pegada virtual, eis que em todos os ambientes há a respectiva proteção dos dados pessoais, inclusive no âmbito digital.

A proteção do direito à intimidade é de suma importância para o amparo da individualidade, da liberdade e da dignidade das pessoas, possibilitando o exercício da autonomia e desenvolvendo as relações pessoais e sociais.

O tratamento autônomo da proteção de dados pessoais está fortemente enraizado, em muitos ordenamentos jurídicos, representando uma tendência que parecia apenas destinada a mudar de determinado patamar tecnológico, e a solicitar previsões pontuais no ordenamento, porém em seus desdobramentos, fortaleceram-se as bases para o que vem sendo tratado hoje, com um direito fundamental a proteção de dados (DONEDA, 2011).

É importante ainda destacar, que o direito à intimidade pode ser limitado em algumas situações, como por exemplo: diante de interesse legítimo, em questões que tratam de segurança pública, investigação criminal ou proteção dos direitos de terceiros. Porém, qualquer restrição a esse direito deve ser proporcional, não passando dos limites da razoabilidade.

Conclui-se nesse item que o direito à privacidade se refere ao controle que uma pessoa tem sobre suas informações pessoais e sobre a divulgação ou uso dessas informações por terceiros. Isso inclui o direito de determinar quais informações são coletadas, como são usadas, armazenadas e compartilhadas. O direito à privacidade abrange, por exemplo, a proteção de dados pessoais, o sigilo bancário, o segredo profissional e a confidencialidade das informações médicas.

Traçado o fundamento basilar da dignidade da pessoa humana, adentrado no fundamento da proteção de dados, que devem ser objeto de proteção no âmbito pessoal e no meio digital, diante do dever de respeito ao direito à privacidade, passa-se na sequência, no último item do presente trabalho, a adentrar nos respectivos reflexos da LGPD, em especial na necessária proteção dos dados pessoais e nos dados que são considerados sensíveis.

3. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DOS DADOS SENSÍVEIS NA LGPD

Como já apresentado anteriormente, a proteção de dados é um direito fundamental, previsto tanto na Constituição da República Federativa do Brasil, quanto em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018), foi sancionada em 14 de agosto de 2018 e entrou em vigor a partir de setembro de 2020 no ordenamento jurídico brasileiro.

Seu desenvolvimento foi inspirado na regulação europeia sobre o tema, a *General Data Protection Regulation* (GDPR), que foi aprovada pelo Parlamento Europeu em 2016 e entrou em vigor em maio de 2018, a LGPD Brasileira expressa, entre suas finalidades, “proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (BRASIL, 2018).

Observa-se que a LGPD veio objetivando implementar uma verdadeira revolução na proteção dos dados pessoais no Brasil e como acima mencionado teve influência e embasamento no modelo europeu, dividindo os dados pessoais em duas categorias distintas: os dados pessoais propriamente ditos e os dados sensíveis.

No artigo 5º da LGPD encontra-se as seguintes definições e diferenciações entre dado pessoal e dado pessoal sensível:

- I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; (BRASIL, 2018).

Em relação ao dado pessoal, Selma Carloto, apresenta alguns exemplos que permitem uma melhor compreensão e identificação dos dados pessoais diretos e indiretos:

São dados pessoais diretos os que identificam a pessoa natural de maneira inequívoca e sem a necessidade de informações adicionais, tais como: RG, CPF, OAB, título de eleitor, e são considerados dados pessoais indiretos, aqueles que necessitam de informações adicionais para identificar o titular dos dados, como: profissão, geolocalização, sexo, idade estado civil, hábitos de consumo, endereço, entre outros. (CARTOLO, 2020, p.48)

Os dados pessoais sensíveis, de acordo com o que consta na lei, são as informações da pessoa natural que tratam sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, além dos dados referentes à saúde, à vida sexual, à genética ou à biometria.

Raminelli e Rodegheri afirmam que é importante entender as classificações, descrevendo que “por dados sensíveis, entende-se como os referentes à ideologia, religião ou

crença, origem racial, saúde ou vida sexual” (RAMINELLI; RODEGHERI, 2016, p. 93), descrevendo mais adiante a importância da proteção dos dados, apontando que:

Além da mera classificação como “informações”, deve-se lembrar de que a combinação de dados pessoais permite a obtenção de um perfil muito preciso dos interesses e atividades de um indivíduo, sendo que estes dados podem ser utilizados para fins diversos, principalmente comerciais e publicitários. Ademais, surgem outros riscos, mais preocupantes, como é o caso de roubo de identidade, para fins criminosos, ou até mesmo perda de um possível emprego, devido a buscas prévias acerca do candidato pela empresa que deseja contratar. (RAMINELLI; RODEGHERI, 2016, p. 98)

Por ser impossível calcular o número de informações armazenadas na rede, é comum que se encontrem informações pessoais, que se referem à vida privada do indivíduo, que ao navegar pela *internet* inevitavelmente deixará rastros, informando ainda que a problemática “centra-se em que tipo de informações o usuário deixou na Rede das redes, bem como onde estão e quais as condições de armazenamento delas.” (PEREIRA, 2006)

Para Castro ainda é importante frisar que os dados armazenados ao decorrer das relações privadas podem ser ainda mais atrativos, pois revelam informações de consumo e comportamento que podem ser utilizados para fins nem sempre éticos e nem sempre de forma transparente, fazendo assim com que pessoas corram o risco de serem até mesmo, discriminadas devido a um fato isolado de sua vida particular (CASTRO, 2002).

A LGPD protege os dados pessoais utilizando da verificação da conformidade dos itens de controle. Desta forma, se o controle está presente, aplicado e implementado compreende-se que o princípio está atendido. (PINHEIRO, 2020)

E por mencionar a palavra princípio há na LGPD a descrição no artigo 6º de uma série de princípios que amparam o direito fundamental à proteção de dados, ajudando a efetivar a sua aplicação no mundo tecnológico. A seguir, estão eles na sua transcrição literal da lei geral de proteção de dados:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades; II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento; III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados; IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais; V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; VI - transparência: garantia, aos

titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial; VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais; IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. (BRASIL, 2018).

É por meio desses princípios norteadores que se torna possível que as medidas que efetivam o direito fundamental à proteção de dados sejam seguidas, contribuindo para a sua real implementação. Porém é importante frisar que a efetividade desta lei, depende da sua correta aplicação, do seu cumprimento por parte das organizações, e ainda com a fiscalização e atuação das autoridades competentes.

Sobre a LGPD a autora Patrícia Peck Pinheiro aponta que é um novo marco legal brasileiro, gerando impacto tanto para as instituições públicas, quanto para as privadas, pois visa proteger os dados pessoais das pessoas em qualquer relação que envolva o tratamento de informações, que sejam classificadas como dados pessoais, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas. Essa regulamentação traz princípios, direitos e obrigações relacionados ao uso de um dos ativos mais valiosos da sociedade digital atualmente, que são as bases de dados envolvendo pessoas (PINHEIRO, 2020).

Diante da segmentação dos dados “pessoais e dos dados pessoais sensíveis, bem como do princípio da não discriminação, o legislador elaborou os mecanismos necessários à proteção de informações cuja circulação pode gerar maior risco de discriminação” (BELTRAMINI *et al*, 2022, p. 22).

Segundo Pinheiro o motivo que fez com que surgissem as regulamentações de proteção de dados pessoais de forma mais consistente e consolidada a partir dos anos 1990, está diretamente relacionado ao próprio desenvolvimento do modelo de negócios da economia digital, que passou a ter uma dependência muito maior dos fluxos internacionais de base de dados, especialmente os relacionados às pessoas, viabilizado os pelos avanços tecnológicos e pela globalização (PINHEIRO, 2020).

A abertura mais recente a técnicas mais amplas que condizem com a profundidade da tecnologia adotada para o tratamento de dados, buscando uma tutela mais eficaz e vinculando a matéria aos direitos fundamentais (DONEDA, 2011).

A proteção de dados é vista, como um processo mais elaborado, envolvendo a própria participação do indivíduo na sociedade e considerando o contexto no qual é solicitado que revele seus dados, desta forma, estabelecem-se meios de proteção para as ocasiões em que sua liberdade de decidir livremente é restrita por eventuais ressalvas, proporcionando então o efetivo exercício da autodeterminação informativa (DONEDA, 2011).

Sobre a autodeterminação informativa Danilo Doneda aponta que ela:

Surgiu basicamente como uma extensão das liberdades presentes nas leis de segunda geração, e são várias as mudanças específicas nesse sentido que podem ser identificadas na estrutura dessas novas leis. O tratamento dos dados pessoais era visto como um processo, que não se encerrava na simples permissão ou não da pessoa à utilização de seus dados pessoais, porém procurava incluí-la em fases sucessivas do processo de tratamento e utilização de sua própria informação por terceiros, além de compreender algumas garantias, como o dever de informação. (DONEDA, 2011, p. 97-98)

O autor também afirma que entre as técnicas utilizadas, essas leis procuraram fortalecer a posição individual das pessoas em relação às entidades que coletam e processam seus dados, observando então um desequilíbrio nessa relação que não se resolvia por medidas que apenas reconhecessem o direito à autodeterminação informativa, um outro mecanismo e, paradoxalmente, a própria redução do papel da decisão individual de autodeterminação informativa. Essas questões ocorreram por conta da hipótese de que certas modalidades de tratamento de dados pessoais, necessitam de uma proteção de um nível mais alto, desta forma, não pode ser conferida exclusivamente, de uma decisão individual, como ocorre para certas modalidades de utilização de dados sensíveis. (DONEDA, 2011)

Dentro desse contexto doutrinário o autor Martins alerta para a necessidade de existir mecanismos que propiciem ao indivíduo um maior controle dos seus próprios dados:

As tecnologias da informação contribuíram para que a informação pessoal se tornasse algo capaz de extrapolar a própria pessoa. A facilidade de sua coleta, armazenamento e a sua utilidade para diversos fins tornou-a um bem em si, ligado à pessoa, mas capaz de ser objetivado e tratado longe e mesmo a despeito dela – não é por outro motivo que a informação pessoal é o elemento fundamental em uma série de novos modelos de negócios típicos da Sociedade da Informação. Por esse motivo a proteção de dados pessoais é tida em diversos ordenamentos jurídicos como um instrumento essencial para a proteção da pessoa humana e é considerada como um direito fundamental. (MARTINS, 2014, p. 62).

Essas são algumas medidas e mecanismos que contribuem para a proteção do direito fundamental à proteção de dados, porém é importante frisar que a efetividade desta lei, depende da sua correta aplicação, do seu cumprimento por parte das organizações, e também, da fiscalização e atuação das autoridades competentes.

Tomizawa (2008) completa que diante dessa nova realidade, as autoridades públicas devem trabalhar arduamente para que os direitos privados e constitucionais dos cidadãos sejam respeitados dentro do ambiente “online”, e para que esse direito seja devidamente protegido, será necessário a celebração de acordos e organismos internacionais de cunho diferente dos existentes até agora, e é preciso estar alerta para que esses controles não beirem a censura (TOMIZAWA, 2008).

Lotti (2022) aponta que: “os agentes de tratamento de dados que não estiverem adequados poderão sofrer sanções impostas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)” e ressalta um alerta, onde “os agentes de tratamento poderão sofrer punição pelo simples fato de não estarem adequados, não sendo necessária para a aplicação de penalidades a ocorrência de qualquer incidente ou o efetivo vazamento de dados pessoais” (LOTTI, 2022, p. 46).

Tanto os dados pessoais quanto os dados sensíveis têm extrema importância na área da proteção de dados e privacidade. As leis e regulamentos de proteção de dados, como a GDPR na União Europeia e a LGPD no Brasil, estabelecem regras para que seja feito o tratamento adequado dessas informações, garantindo a privacidade, a segurança e os direitos individuais quando se trata dos dados pessoais e sensíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado a problemática do fácil acesso dos dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público e privado, que fazem este processamento, razão pela qual analisou-se os reflexos do direito à privacidade na LGPD, diante da proteção de dados como direito fundamental no mundo tecnológico, assim como buscou-se compreender em que medida a Lei Geral de Proteção de Dados pode proteger este direito.

No decorrer da pesquisa diferenciou-se o direito à privacidade do direito à intimidade como fundamento da dignidade da pessoa humana; pesquisou-se o que são dados pessoais e dados sensíveis na LGPD; e ao final, foi correlacionado o direito à privacidade com a LGPD no mundo tecnológico diante da proteção de dados como direito fundamental, procurando trazer as primeiras reflexões acerca do objetivo e problema de pesquisa proposto.

A proteção de dados é um tema cada vez mais relevante na sociedade atual, diante da rápida evolução tecnológica que se tem vivenciado nos últimos tempos. Não é possível que se retroaja no tempo, desta forma o direito deve avançar na mesma medida em que a sociedade

evolui, para que seja possível a tutela integral do bem jurídico tratado nesse trabalho, em especial diante do contexto do direito fundamental a proteção dos dados pessoais.

Nesse sentido, a Lei Geral de Proteção de Dados surge como uma importante ferramenta para garantir a privacidade e a intimidade dos cidadãos, por meio da proteção dos dados pessoais. Ela traz consigo um conjunto de regras e procedimentos que devem ser seguidos por empresas e organizações que utilizam e tratam dados pessoais. A LGPD também apresenta as sanções que devem ser aplicadas, caso o tratamento desses dados seja feito de forma deficiente ou desviado da sua função preestabelecida.

Diante dos fatos expostos, foi observado que a LGPD é recente, porém sua estrutura já vem surgindo de um passado distante, onde não se imaginava quão longe chegaria à tecnologia. Sendo assim, esta lei é um meio para que se alcance a proteção dos dados pessoais, tornando esse direito fundamental.

REFERÊNCIAS

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito Processual Constitucional**. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 5. ed. Ampl. E atual. Rio de Janeiro/Sao Paulo: Renovar, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. vol. 2, São Paulo: Saraiva, 1989.

BELTRAMINI, Franciano; ROSA, Barbara Madalena Heck da; RODRIGUES, Luciano Ehлке. **Direito Digital: LGPD, aplicabilidade e questionamentos**. Joinville. Maitre Editora, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 Mai. 2023.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm Acesso em: 19 Jun. 2023.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 31 Jul. 2023.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 25 Mai. 2023.

CARLOTO, Selma. **Lei Geral de Proteção de Dados: enfoque nas relações de trabalho**. São Paulo: LTR, 2020.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Liberdade de Informação o direito difuso à informação verdadeira**. Rio de Janeiro: Renovas, 1994.

CASTRO, Mônica Neves Aguiar da Silva. **Honra, imagem, vida privada e intimidade, em colisão com outros direitos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

COSTA JR, Paulo José da. **Direito de estar só**. Tutela penal da intimidade. 2.ed. Ver. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

DONEDA, Danilo. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Revista Espaço Jurídico**. Joaçaba, v. 12, n. 2, jul./dez. 2011.

FERRAZ, Tércio Sampaio. **Sigilo de dados: direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado**. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo, v. 88, p. 439-459, jan./dez. 1993.

FREGADOLLI, Luciana. **O direito à intimidade e a prova ilícita**. Belo Horizonte. Del Rey. 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades Públicas e processo penal** (As interceptações telefônicas). 2 ed., São Paulo. Revista dos Tribunais, 1982.

LOTTI, Márcio Henrique. A Lei Geral de Proteção de Dados e os Reflexos no Direito Brasileiro. **Revista de Direito Civil**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2022.

MARTINS, Guilherme Magalhães. **Direito Privado e Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

MENDES, Laura Schertel. **Transparência e Privacidade: violação e proteção da informação pessoal na sociedade de consumo**. Brasília, 2008. Dissertação (mestrado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORI, Michele Keiko. **Direito à intimidade versus informática**. Editora Jurua. Curitiba, 2001.

MULHOLLAND, Caitlin. **A responsabilidade civil por presunção de causalidade**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 24/05/2023.

PELEGRINI, Carla Liliane Waldow. **Considerações a respeito do princípio da dignidade da pessoa humana**. Revista BoniJuris, Curitiba, v. 16, n. 485, p. 5-16, abril, 2004.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. **Direito à Intimidade na Internet**. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

PINHEIRO, P. P. **Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

RAMINELLI, Francieli Puntel; RODEGHERI, Letícia Bodanese. **A Proteção de Dados Pessoais na Internet no Brasil: Análise de decisões proferidas pelo Supremo tribunal Federal**. In: Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/61960/39936> Acesso em 10 junho 2023.

SARLET, Wolfgang Ingo. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SERRANO, Vidal. **A Proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística**. São Paulo: FTD, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 20 ed. São Paulo. Malheiros. 2002.

TOMIZAWA, Guilherme. **A Invasão de Privacidade através da Internet: a dignidade humana como direito fundamental**. Curitiba. JM Livraria Jurídica. 2008.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **Da privacidade como direito fundamental da pessoa humana**. Revista de Direito Privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 17. Janeiro-março de 2004. p.102-115.

WEBER, Thadeu. Dignidade Humana e Liberdade em Hegel. In: Draiton Gonzaga de Souza; Francisco Jozivan Guedes de Lima (orgs.). **Filosofia e Interdisciplinaridade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2015.